



**REDES E TERRITÓRIO: uma análise sobre a Associação de Mulheres Rurais do
Município de Espera Feliz - MG**

Fernanda Aparecida Chambela
Universidade Federal Fluminense - UFF
fernandachambela@bol.com.br

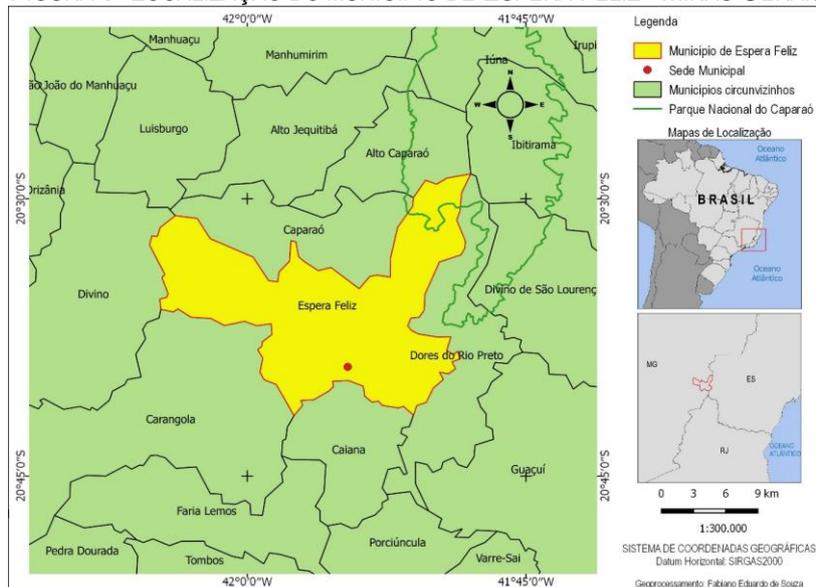
Elzira Lúcia de Oliveira
Universidade Federal Fluminense - UFF
elziralucia@globo.com

1- INTRODUÇÃO

Uma rede são comunidades em uma dinâmica territorial e, como tal pressupõe identidades a serem descobertas pelo coletivo; por isso, participar envolve mais do que apenas trocar informações a respeito dos trabalhos que um grupo de pessoas realiza, mas, estar em rede, significa realizar conjuntamente ações concretas que transforme o meio e se alcance mais rapidamente a seus objetivos. Em se tratando da rede formada pela Associação de Mulheres Rurais do município de Espera Feliz, observa-se a atuação da mulher em busca de seu empoderamento e visibilidade.

O município de Espera Feliz localiza-se no extremo leste da Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil, fazendo fronteira com o estado do Espírito Santo e, segundo IBGE (2010), compreende uma área territorial de aproximadamente 317,638 km², com população de 24.641 habitantes (Figura 1), apresentando economia baseada no setor de serviços e na agropecuária (lavouras permanentes de café e criação de bovinos).

FIGURA 1- LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESPERA FELIZ - MINAS GERAIS



FONTE: ELABORADO POR FABIANO EDUARDO DE SOUZA (2017).

O estudo sobre a rede formada por essa associação de mulheres permite conhecer os impactos, as mudanças, os benefícios e resultados que a mesma produziu para as mulheres; bem como os fatores que influenciam sua dimensão territorial. A organização das mesmas desempenha, sobretudo, um trabalho social que se estabelece por meio da colaboração, da vontade e da afinidade de suas integrantes, caracterizando assim uma significativa estrutura organizacional nas relações pessoais e sociais.

A rede analisada neste trabalho, não é restrita apenas aos seus membros, já que existe a relação com outras instituições durante seu desenvolvimento, mas também se refere ao processo de aquisição dos direitos à cidadania por parte da mulher rural, evidenciado em movimentos sociais, sindicalizações, partidos políticos e associações.

Sendo assim, compreender os diversos significados de redes evidenciando a territorialidade da mulher rural nos espaços públicos e privados, que assumem diferentes formas de manifestações, torna-se cada vez mais relevante para a análise geográfica do mundo atual, e este trabalho contribuirá para o avanço do conhecimento científico e debates sobre o tema.

2- OBJETIVOS



Tendo como referencial teórico a análise sobre redes e a participação da mulher rural na sociedade considerando sua territorialidade, o trabalho teve como principal objetivo analisar a rede geográfica formada pela Associação de Mulheres Rurais do município de Espera Feliz, bem como as práticas espaciais realizadas em seu território ao longo de sua existência, procurando compreender esse processo à luz da literatura.

Para alcançar tal objetivo procurou-se identificar os agentes sociais envolvidos na rede, compreender a integração articulada pelos grupos de mulheres, as escalas de atuação da associação, a participação dos envolvidos, e entender como a ação desses grupos modificou o território e o meio dessas mulheres mediante articulação na rede.

3- METODOLOGIA

A área de estudo abrangida é a área rural do município de Espera Feliz-MG, local de formação dos grupos de mulheres filiados à associação. Por meio de uma abordagem qualitativa buscou-se compreender por meio de investigação teórica e empírica o comportamento social, econômico e cultural que refletem o modo de ser e de agir da mulher rural dentro do seu espaço e de seu território, como agente da rede geográfica da associação de mulheres.

A estratégia metodológica contou com pesquisa bibliográfica e documental visando o embasamento teórico, além do estudo de campo implementado por meio das técnicas de entrevistas em profundidade e grupo focal junto ao público estudado, além da participação da pesquisadora em reuniões dos grupos ativos da associação que possibilitou constatar aspectos vividos pelos mesmos.

As entrevistas foram gravadas em áudio sendo transcritas posteriormente, procurando categorizar e incluir o assunto abordado na discussão do trabalho, além de relacioná-los com os temas pesquisados. O tipo de investigação mencionado mostrou-se adequado para a reconstrução histórica da associação e também para o entendimento da dinâmica territorial da mesma.

4- REDES E SEUS MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS



A palavra rede é bem antiga e vem do latim *retis*, significando entrelaçamento de fios com aberturas regulares que formam uma espécie de tecido. No passado, reiterava-se seu conceito ao caráter de articulação e interdependência dos elementos, mas a partir do momento em que se revolucionam os meios de transporte e comunicação, o aumento de intercâmbio entre locais e uma maior integração entre os setores econômicos, tal conceito passa a ser empregado com mais frequência, ganhando novos significados ao longo do tempo, e em diferentes situações.

Quanto mais esses processos vêm sendo intensificados mais se falam em redes, pois a globalização faz surgir cada vez mais uma complexa divisão do trabalho e uma maior integração e diversificação dos objetos e das ações na espacialidade. Assim, destacam-se os diversos tipos de redes que assumem diferentes formas de manifestação e organização do espaço, tornando cada vez mais importante sua análise geográfica.

A rede é “um conjunto de nós interconectados” (CASTELLS, 1999, p. 566). As redes necessitam dos fluxos e da conectividade entre os mesmos, mas não estão relacionadas somente aos fluxos e conexões, mas também aos fixos que são constantemente refuncionalizados. Fluxos geram fixos que por sua vez geram novos fluxos (SANTOS, 1999). Elas podem ser materiais (fluidez de pessoas, mercadorias) ou imateriais (fluidez de informações, conhecimentos).

Segundo Ruy Moreira (2007), a rede implica um espaço móvel e integrado, com densidade variável. A mobilidade é a marca fundamental e por isso nos deparamos com a rede organizando o espaço. Sobre isso o autor comenta (MOREIRA, 2007, p. 57):

Nos anos 1970 já não se pode mais desconhecer a relação em rede, que então surge, articula os diferentes lugares e age como a forma nova de organização geográfica das sociedades, montando a arquitetura das conexões que dão suporte às relações avançadas da produção e do mercado.

A organização espacial muitas vezes se revela a partir de elementos fixos, constituídos como resultado do trabalho social, e a interação entre eles muitas vezes é garantida pelos fluxos. Através de um conjunto de pontos fixos interligados por meio de fluxos constroem-se e articulam-se diversos tipos de redes, como as redes de transporte, redes de comunicação, redes urbanas, redes econômicas e também as redes sociais.



Portanto, fixos e fluxos dão origem às redes. Nas relações sociais, os fluxos precisam dos fixos para realizarem-se e vice-versa. Santos (2004, p. 262), afirma:

Mas o que é uma rede? As definições e conceituações se multiplicam, mas pode-se admitir que se enquadram em duas grandes matrizes: a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, onde é também levado em conta o dado social.

Segundo nos expressa Raffestin, “uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas. Nesse sentido, as redes representam não só uma forma de mobilização, como também uma estratégia de organização e de ação” (RAFFESTIN apud TRINDADE JUNIOR, 1998, p. 33). Sendo assim, o conceito de rede transforma-se em alternativas práticas de organização, possibilitando processos capazes de responder às demandas de flexibilidade, articulação social, pois são sistemas que reúnem indivíduos e instituições que, muitas vezes, buscam objetivos comuns.

Desse modo, a rede ganha expressão e legitimidade na medida em que suscita o interesse dos integrantes e de novos agentes em participar e contribuir para o seu desenvolvimento. E para que a interatividade se estabeleça, são necessários alguns princípios, como a criação de equipes ou grupos de trabalho, conexão entre os nós, fluidez de informação, fluxos materiais (mercadorias e pessoas) ou não materiais (informação e comunicação).

A constante transformação da vivência cotidiana pode ser plenamente caracterizada pelos processos socioespaciais, pelas práticas de organização espacial e pela revolução de sistemas, sejam eles técnicos ou produtivos, que acabam por redefinir os territórios. Tais sistemas e redefinições também podem ser caracterizados pelo surgimento de diferentes tipos de redes geográficas que dinamizam em várias escalas a transformação do espaço, originando novas possibilidades aos fluxos.

Raffestin (1993) classifica as redes em basicamente dois tipos: redes de circulação e redes de comunicação, sendo a primeira baseada no fluxo material e a segunda no fluxo imaterial. As redes em toda sua complexidade se mostram como algo que transportam produtos, informações, estabelecem conexão e compartilham posicionamentos políticos entre diferentes pontos do espaço geográfico, através da ação e pela ação de agentes, grupos ou instituições.



No entanto, as redes não deixam também de apresentar em sua complexidade, diferentes níveis de intensidade, de particularidades e até mesmo divergências no que tange as ações engendradas espacial e socialmente. Segundo nos revela Santos (1994, p. 167), “a velocidade dos fluxos é acentuadamente variável, uns sendo mais rápidos do que outros, sejam eles de produtos, mercadorias e mensagens materializadas, ou não materiais como ideias e ordens”.

A rede implica, entre outros aspectos, fluxos e conectividade (DIAS, 2001). Ao estudar o trabalho de DIAS sobre redes, constata-se que a autora analisa a conexão entre os pontos, os fluxos e a própria existência da rede, afirmando que a mesma só existe devido à conexão, ou seja, devido à ligação e circulação realizada pelos fluxos. Dias (2001, p. 147) defende que a conexão de agentes e produtos se impõe a uma crescente circulação:

A densificação das redes – internas a uma organização ou compartilhadas entre diferentes parceiros – regionais, nacionais ou internacionais, surge como condição que se impõe à circulação crescente de tecnologia, de capitais e de matérias-primas. Em outras palavras, a rede aparece como instrumento que viabiliza exatamente essas duas estratégias: circular e comunicar.

Conforme estudos da mesma autora, a rede tem o potencial de conectar os lugares (os nós), mas ao mesmo tempo também pode fragmentar e excluir, pois é através da inserção das redes que os lugares são (re)funcionalizados. Novas divisões do trabalho e novos posicionamentos, acabam por inibir ou findar organizações pretéritas do território, é a partir daí que se questiona a integração e a fluidez sendo garantida para alguns e significando fragmentação e imobilidade para outros. Por isso, as redes devem ser analisadas também com enfoque socioeconômico (DIAS, 2005).

Destaca-se também os aspectos organizacionais de uma rede fundamentada pela capacidade de colaboração e estruturação entre seus elos. As redes que se baseiam na afinidade e cooperação tem maior probabilidade de realizar ações conjuntas e buscar recursos para alcançar objetivos comuns. As redes de cooperação constituem, assim, um fenômeno presente da teoria organizacional e têm sido reiteradamente estudadas a partir de diferentes abordagens (GRANDORI e SODA, 1995).

5- REDE, TERRITÓRIO E RELAÇÕES DE PODER

As definições de território e rede são bastante discutidas dentro da Geografia, uma vez observada que nos últimos anos a intensidade e a rapidez das mudanças socioespaciais em todos os níveis contribuem de forma decisiva para a complexidade e o enriquecimento de tais conceitos.

Marcelo Lopes de Souza (2001) entende o território como espaço das relações de poder, onde as mesmas são projetadas e vivenciadas nesse mesmo espaço. Para este autor, o território é um espaço delimitado pelas relações de poder, onde as ações em rede se mostram como elementos organizadores da vida nos lugares.

Para Claude Raffestin (1993) território é classificado como apropriação concreta ou abstrata do espaço, é um espaço político de um ou mais atores mediatizados pelas relações de poder. É produzido por um conjunto de relações que o indivíduo ou grupos de indivíduos realiza, e dessa forma, não poderia ser nada além que um produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. “Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Essa apropriação que o autor se refere, é marcada por relações de poder, enquanto aspecto fundamental para a compreensão do território. Ressalta-se que tal apropriação não expressa simplesmente uma apropriação da terra em termos materiais, mas é precedida por ações sociais que compreendem relações de poder. As dimensões, de que se refere este autor, são formadas pelas condições construídas pelos sujeitos em suas práticas espaciais na relação com o meio em que vive.

Rogério Haesbaert (2004, p. 286-87) afirma que a rede permite conceber o caráter dinâmico e móvel do território:

(...) estamos pensando a rede não apenas enquanto mais uma forma (abstrata) de composição do espaço, no sentido de um ‘conjunto de pontos e linhas’, numa perspectiva euclidiana, mas como o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a ‘superfície’ territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão e profundidade (...).



Durante o processo de renovação do pensamento geográfico, o conceito de território renasce de forma renovada e sistemática, contemplando a noção de dinamismo, contradições, relações de poder, identidades, redes de circulação e comunicação, etc. Para muitos autores o território pode ser analisado a partir das relações de poder, mas também como palco de ligações efetivas e de identidade entre um grupo social com seu espaço.

“O território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico” (HAESBAERT & LIMONAD, 2007, p. 42). Nesse sentido, o autor complementa que o território não está desvinculado de sua origem epistemológica – a posse de terra – mas passa a ser concebido e dotado de uma “carga cultural”, isto é, diz respeito tanto ao poder num sentido mais concreto, de dominação, quanto num sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2004).

Desse modo, na tentativa de ver o território em sua multiplicidade de manifestações, Haesbaert (2007) sugere duas grandes referências às quais pode-se analisar o território: um mais funcional, priorizado na maior parte das abordagens, e outro, mais simbólico, que vem se impondo em importância nos últimos tempos.

No primeiro caso, o território é visto como um domínio política e economicamente estruturado; enquanto no segundo caso o território compreenderia uma apropriação mais simbólica, determinados por ações de grupos sociais sobre o espaço onde se reproduzem socialmente. (HAESBAERT, 2004). Apesar desta distinção, Haesbaert também chama a atenção para a necessidade de se considerar tanto o aspecto funcional quanto o aspecto simbólico como parte integrante da realidade cotidiana que se manifesta nos territórios.

Partindo desse princípio este autor (HAESBAERT, 2007, p. 23) reitera que:

(...) todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de “funções” quanto na produção de “significados”.

Assim, deve-se distinguir os territórios de acordo com aqueles que os constroem e/ou controlam, sejam eles indivíduos, grupos sociais, Estado, empresas, instituições etc. Além disso, faz-se necessário reconhecer que “os objetivos do controle social



através de sua territorialização variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo” (HAESBAERT, 2007, p. 22).

Desse modo, o conceito de rede se associa ao papel das relações de poder, quando se busca analisar as particularidades dos elementos que a formam, pois, às vezes as articulações e interações que envolvem as mesmas dependem dos agentes que geram ou controlam os nós, ou seja, depende da posição relativa que cada membro ocupa em relação aos fluxos que circulam na rede. Em dadas circunstâncias a participação em redes envolve direitos sociais, responsabilidades e vários níveis de tomada de decisões, e essa face é caracterizada em ações de atendimento a novas necessidades e, portanto exige lutas pela ampliação do acesso ao espaço político e aos benefícios do desenvolvimento econômico. Tânia Ficher (1997, p. 56), argumenta que:

Redes de movimento, redes sociais e redes de solidariedade são expressões que se vinculam aos estudos efetuados no campo dos movimentos sociais. Nesse caso, a rede corresponde a articulações/interações entre organizações, grupos e indivíduos vinculados a ações e movimentos reivindicatórios, visando à mobilização de recursos, ao intercâmbio de dados e experiências...

Os estudos sobre as redes sociais têm se utilizado de pesquisas para compreender como os laços sociais e os relacionamentos entre os agentes podem ou não afetar o desempenho das atividades. Também é importante verificar em determinada rede, se os diferentes posicionamentos entre os atores reforçam as relações de poder diante dos demais. Há momentos, em que o trabalho realizado em conjunto desempenha significativo papel na existência e reprodução de diferentes grupos sociais, que propõem uma nova concepção de gestão do território e da espacialidade.

Para o autor (SAQUET, 2010, p. 160) “as relações/interações da economia-política-cultura-natureza são múltiplas, complexas, heterogêneas, e estão em unidade, a cada período, momento e lugar ou em cada relação espaço-tempo”. Em suas palavras (SAQUET, 2007, p. 73) diz:

(...) no território, há temporalidades e territorialidades, descontinuidades; múltiplas variáveis, determinações e relações recíprocas e unidade. O território, [...] é espaço de vida, objetiva e subjetivamente; significa chão, formas espaciais, relações sociais, natureza exterior ao homem; obras e conteúdos.



Logo, para este autor o território pode ser construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo, e estas são realizadas dentro de escalas temporais diferenciadas que podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica ou cíclica. “Produzimos território(s) e territorialidade(s)” (SAQUET, 2010, p. 173). Assim sendo, os homens têm centralidades na formação de cada território, cristalizando relações de influência, simbólicas, conflitos e identidades.

6- ASSOCIAÇÃO DE MULHERES RURAIS DO MUNICÍPIO DE ESPERA FELIZ/MG

Na década de 1980 acontecia no Paraíso, comunidade rural do município de Espera Feliz/MG, um encontro mensal de mães no Posto de Saúde local onde as mesmas eram orientadas por uma enfermeira a respeito de remédios caseiros, plantio de ervas, higiene pessoal e cuidados com recém-nascidos. Essas mães com o passar dos anos se tornaram voluntárias no trabalho de doação de alimentos para famílias desfavorecidas e na transmissão das informações recebidas nos encontros.

O objetivo da união das mães era a busca pelo bem estar da mulher, nos sentidos: físicos, emocionais e familiares. Muitas na época não tinham noção básica de higiene, então aquelas um pouco mais instruídas tentavam ensinar e ajudar na limpeza da casa, de roupas, como forma de apoio às famílias mais necessitadas (Graça, 72 anos – Entrevista em 23 de abril de 2016).

Nesse período, iniciou-se por essas mães a organização estrutural de uma equipe que pudesse liderar ideias e trabalhos a serem realizados pelas mulheres da região. Com a formação dessa equipe, elas se reuniam mais vezes no intuito de decidirem quais procedimentos seriam adotados para iniciarem a produção de artesanato referente a bordados em tecidos e costura.

Nota-se, a partir desse momento, a importância da organização do grupo inicial para a reafirmação do papel da mulher rural. A formação dessa equipe despertava não só o convívio social, mas também resultaria na geração de renda que auxiliaria no complemento familiar, melhorando a qualidade de vida da família, e aumentando assim,



a autoestima das mulheres, visto que perante a sociedade não eram valorizadas. Além da autonomia financeira que almejavam, as mulheres começaram a adquirir gradativamente a autonomia em relação à tomada de decisões.

Fundada em 23 de agosto de 1988, seu Estatuto traz entre outros itens as seguintes finalidades, conforme capítulo I, art. 2º: congregar todos os grupos de mulheres para defender seus interesses; servir de ligação entre a população da comunidade rural e a população urbana; reivindicar perante as entidades públicas melhorias para as comunidades rurais; conscientizar os grupos da importância da mulher na sociedade; celebrar convênios; produção de artesanato (crochê, tricô, ponto em cruz, pintura e outros).

Demais comunidades rurais passaram a formar seus grupos de mulheres e filiar-se a esta associação. Para associar-se ao grupo de sua comunidade, as mulheres deveriam ter a idade mínima de quinze anos e residir na área rural. Os grupos são compostos por mulheres jovens e idosas (idades entre 16 a 91 anos), solteiras, casadas, divorciadas e viúvas, e seu trabalho está voltado para a perpetuação, a consolidação e o desenvolvimento das atividades de seus membros.

Assim, o perfil da Associação é caracterizado por mulheres que se interligam, se inter-relacionam, formando grupos em um determinado território, unindo ideias e recursos em torno de interesses compartilhados, que abrange questões culturais (artesanato), questões sociais (participação em eventos e movimentos locais) e questões econômicas (geração de renda para as associadas através do artesanato) que têm configurado o território em que essas mulheres vivem.

7- ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Após a fundação da associação, o objetivo inicial das mulheres era produção e venda de artesanato, onde as que sabiam o ofício ensinavam para as demais. Esses encontros de troca e transferência de conhecimento aconteciam uma vez por semana à noite para que mais mulheres aprendessem o artesanato.

Inicialmente a exposição do artesanato das mulheres se realizava em pequenos eventos como festas nas comunidades rurais e comemoração nas escolas. Em pouco



tempo já estavam expondo em eventos de maiores proporções na região além de participarem de uma feira livre que acontecia semanalmente na área central da cidade.

Nas reuniões, além de discutirem sobre produção e qualidade do artesanato, as mulheres buscavam sempre algo que lhes proporcionasse aquisição de novos conhecimentos e a participação efetiva em sociedade. Além dos cursos direcionados ao artesanato, a associação sempre buscou palestras sobre: saúde, violência doméstica; o valor da mulher rural. Em se tratando de questões religiosas, os grupos participam ativamente das celebrações de suas comunidades, sendo responsáveis por liturgias e pastorais da igreja católica, sempre engajadas também nas Campanhas da Fraternidade.

8- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização que envolve nossa sociedade conecta de várias formas diferentes lugares e pessoas à infinitas redes e circuitos. No entanto, é importante ressaltar que o estudo das redes vem se tornando imprescindível para compreender essa sociedade globalizada, viabilizando a manutenção e aceleração deste processo. Seus estudos referem-se ao nível de estrutura organizacional de seus agentes, que se destaca entre: os indivíduos; os grupos; e a associação. Nesse sentido, abordar questões que envolvem essas dimensões possibilitou as considerações deste trabalho, como por exemplo, a discussão sobre território, relações de poder e práticas espaciais.

Assim, analisar a rede formada pelas mulheres rurais de Espera Feliz, em termos das possibilidades abertas para o seu empoderamento público e privado possibilitou identificar a dinâmica de novas relações de poder na área rural. Se, por um lado, não são totalmente desconhecidos os exemplos de interação das mulheres em movimentos sociais, tais como sindicatos, partidos políticos e associações, por outro lado, pouco se sabe acerca da repercussão desta interação na formação de novas territorialidades.

Dessa maneira, através da análise dessa rede, percebeu-se que as mulheres estariam agindo mediante uma estrutura organizacional buscando alcançar mudanças sociais, econômicas e culturais. Esse agir estaria relacionado à interação em pequenos grupos, dentro da comunidade em que residiam, e que com adesão de outros grupos, alcançaram maior visibilidade e mobilização, contribuindo para o rompimento de isolamentos por meio da integração entre as mulheres rurais, não apenas em termos de



recursos mas em termos de maior autonomia e autoridade sobre as decisões que têm influência no cotidiano e no território em que vivem.

9- REFERÊNCIAS

- CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (org). Geografia: Conceitos e temas. 3ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 141-162.
- Estatuto da Associação de Mulheres Rurais de Espera Feliz. Espera Feliz, 1999.
- FICHER, T. Gestão Contemporânea: Cidades estratégicas e organizações locais. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- GRANDORI, A.; SODA, G. Inter-firm networks: antecedents, mechanisms and forms. *Organization Studies*, 16 (2), 183-214, 1995.
- HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural á essencialização das identidades). In: ARAÚJO, F. G; HAESBAERT, R. (Org.). *Identidade e Territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: ACCSS, 2007, p. 93-123.
- HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização: Do “Fim do Território” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*. Rio de Janeiro, ano 11, n.17, p.19-44, mar. 2007.
- IBGE. Dados do IBGE Cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>. Acesso em 20 de maio de 2016.
- MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. ETC: Espaço, Tempo e Crítica. Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais. 1º de junho de 2007, nº 1(3), vol.1. p.55-70.
- RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática. 1993.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- SANTOS, M. Território globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.



SANTOS, R. J. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 11 (21,22), p. 111-125, 1999.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. *Geosul*, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E., CORRÊA, R. L. & GOMES, P. C. da C. (Orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001. p.77-116.

TRINDADE JUNIOR, S. C. da et al. *Território*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.